

A função do conceito de causa eminente no §23 da 3ª Meditação

The function of the concept of Eminent Cause in the 23º paragraph of the Third Meditation

Louis de Freitas Richard Blanchet

Doutor em Filosofia pela UFRJ

Bolsista CAPES

louisfrb@gmail.com

Resumo: No parágrafo 23 da *Terceira Meditação*, Descartes propõe a hipótese segundo a qual a substância pensante pode ser a causa eminente do ser das ideias corporais. O assunto abordado por Descartes no parágrafo em discussão não se refere ao conteúdo de ideias obtido pelo resultado da interação entre o aparato sensível e o objeto. A hipótese tem o objetivo de explicar as condições para existência até mesmo de ideias corporais abstratas, como a noção de extensão. O presente artigo defende que a proposição de que o pensamento puro é causa dessas ideias é provisória, pois será refutada na *Sexta Meditação* ao longo da prova da existência da substância extensa. A conclusão do raciocínio apresentado por Descartes será que as ideias corporais não podem ser causadas inteiramente apenas pelo pensamento, a existência dessas ideias, inclusive as mais abstratas, depende do concurso da substância extensa.

Palavras-chave: Ideias corporais; realidade objetiva; distinção; causa *secundum esse*.

Abstract: *In the 23º paragraph of the Third Meditation, Descartes proposes the hypothesis that the thinking substance may be the eminent cause of the being of bodily ideas. The subject addressed by Descartes in that paragraph does not refer to the content of ideas obtained by the result of the interaction between the sensitive apparatus and the object. The hypothesis aims to explain the conditions for the existence of all bodily ideas, including the most abstract, such as the notion of extension. This article argues that the proposition that pure thought is the cause of bodily ideas is provisional, as it will be refuted in the Sixth Meditation throughout the proof of the existence of the material substance. The conclusion of Descartes' reasoning will be that bodily ideas cannot be caused entirely by thought alone, the existence of those ideas, including the most abstract ones, depends on the cooperation of the material substance.*

Keywords: *Bodily ideas; objective reality; distinction; cause secundum esse.*

Introdução

/23/ Quanto, porém, às restantes coisas que entram na formação das ideias corporais, isto é, a extensão, a figura, a situação e o movimento, elas não estão contidas formalmente em mim, porque nada mais sou do que coisa pensante. Mas, porque são somente certos modos de substância e como que trajes com que a substância aparece e eu, eu sou contudo uma substância, parece que eles podem estar contidos em mim eminentemente.¹ (AT VII, p. 45)

No trecho em epígrafe, extraído da *Terceira Meditação*, Descartes apresenta uma hipótese sobre a origem das ideias que estão associadas à noção de corpo, a saber, a ideia de extensão, figura, movimento etc. Segundo a hipótese apresentada elas podem ter origem no pensamento puro, isto é, elas não dependem de mais nada além da substância pensante para existir. O problema proposto por esse artigo é avaliar a validade dessa hipótese no sistema cartesiano se aplicada à noção de que o efeito deve possuir a mesma natureza ontológica que a causa. No parágrafo em discussão, Descartes alude à noção de que há uma diferença de natureza ao afirmar que essas ideias não podem estar “contidas formalmente em mim, porque nada mais sou do que coisa pensante”. Será defendido que a hipótese de que a causa dessas ideias é eminente, no lugar de formal, é apenas provisória, tendo em vista que a real causa formal dessas ideias será revelada na *Sexta Meditação* ao longo da demonstração da existência dos corpos externos. A hipótese segundo a qual o pensamento pode ser causa eminente das ideias corporais será referida ao longo desse artigo como a hipótese do §23.

A principal consequência da interpretação segundo a qual as ideias corporais não podem ter origem somente no pensamento puro é que até mesmo as mais abstratas, que fazem parte da geometria, dependeriam de alguma maneira da substância extensa². No que se refere a figuras completas presentes no pensamento por meio da faculdade da imaginação ou por meio dos sentidos a exigência da substância se mostra mais evidente. Afinal, a imaginação funciona pela interação entre o pensamento e o corpo, mais especificamente na glândula pineal (segundo a fisiologia datada de Descartes); e no caso dos sentidos há interação com os órgãos sensoriais. Essa relação com o corpo é menos clara no caso de ideias abstratas³. Algumas delas, como as que se referem a Deus, à substância pensante ou a conteúdos matemáticos meramente aritméticos, certamente não dependem da extensão para existir. No entanto, é possível defender que as ideias envolvidas na geometria, como a ideia de ângulo, reta e outras do mesmo tipo, não poderiam existir suportadas apenas pelo pensamento puro. Em

1 O trecho citado encontra-se na tradução Fausto Castilho, p. 90; ele é equivalente ao parágrafo 21 da tradução de Bento Prado Junior; sua localização exata na obra de referência em latim é AT VII: p. 45, l. 3-8.

2 Rocha (1997) defende que o conteúdo representativo das ideias, mesmo as sensíveis, pode ser criado pelo pensamento puro. A distinção que há entre o sujeito de consciência e o conteúdo intencional indica que essas ideias apresentam coisas que podem possivelmente existir no mundo externo. Entretanto, no que se refere às ideias nelas mesmas, sua existência enquanto conteúdo mental é completamente sustentada pelo pensamento puro.

3 Forlin (2005) concorda que as ideias sensíveis e da imaginação dependem da união entre o corpo e a alma, de maneira que há um concurso entre as duas substâncias para a formação dessas ideias. No entanto, ele limita essa noção no que se refere à ideia de atributo essencial da substância extensa. Segundo ele a substância pensante é criada tendo em vista a união com o corpo, nesse sentido o pensamento puro é criado possuindo a ideia da essência da substância extensa.

última instância, sem que o intelecto fosse unido ao corpo uma expressão algébrica, como o teorema de Pitágoras, nunca alcançaria sua significação geométrica, isto é, nunca poderíamos entender que a relação existente entre os dois termos da equação, $a^2 = b^2 + c^2$, expressa uma propriedade de uma figura que se estende no espaço: o triângulo retângulo. A discussão sobre como a matemática cartesiana se relaciona com a ontologia de sua teoria das ideias deve contribuir para a compreensão de como a reformulação da metafísica possibilitou o desenvolvimento da física matemática.

Formulação da Hipótese do §23

Com o intuito de tornar a formulação da hipótese do §23 mais compreensível é indispensável a apresentação do conjunto de conceitos cartesianos relativos à noção de causalidade que fundamentam o parágrafo discutido. Esse conjunto de conceitos⁴ inclui noções de ontologia cartesiana que se relacionam com a sua teoria das ideias, como realidade formal, realidade objetiva, causa *secundum esse*, causa formal e causa eminente. A finalidade dos próximos parágrafos é, portanto, apresentar as noções referentes à ontologia das ideias⁵ que estão no interior da teoria das ideias de Descartes.

Ao questionar a maneira pela qual as ideias estão contidas no sujeito, seja formalmente ou eminentemente, Descartes se refere à aplicação do princípio⁶ da causa da existência das ideias. Segundo ele há dois tipos de causas, a causa *secundum esse* (causa do ser) e a causa *secundum fiere* (causa do tornar-se ou devir) (DESCARTES, AT VII, p. 369). A última se refere à causa que resulta na mudança de algo já existente, como, por exemplo, o movimento de um objeto causado pelo impacto de outro. A causa *secundum esse*, por sua vez, visa esclarecer qual a causa que dá suporte à existência das coisas. A explicação acerca da existência, por exemplo, das substâncias, de suas propriedades, de seus modos e das leis da natureza que regem seus movimentos, deve recorrer à definição de causa *secundum esse*. Em termos cartesianos, a causa do ser, *secundum esse*, discute a existência das substâncias, de suas propriedades, modos e atributos. A causa *secundum fiere*, explica as alterações nos modos e propriedades ao longo do tempo. No limite, tudo é causado por Deus, entretanto, a existência de modos, atributos e qualidades é sustentada de maneira intermediária por suas respectivas substâncias. Os modos da extensão são causados pela substância extensa e os do pensamento são causados pela substância pensante. A causa *secundum esse* é o tipo de causa que

4 Para uma exposição desses conceitos ver LANDIM FILHO, R. *Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano*, São Paulo: Edições Loyola, 1992.

5 Teixeira (2016) propõe que o avanço da teoria das ideias de Descartes consiste no abandono de uma ontologia das ideias por uma epistemologia, no entanto o sistema cartesiano formula sua epistemologia a partir da noção de substância pensante. Assim, a epistemologia cartesiana é uma ontologia das ideias, essa leitura se confirma pelo uso intercambiável da terminologia referente à ontologia no que se refere ao mundo externo e ao pensamento, a saber, ambos têm realidade formal, atributos, modos etc. Concordamos que a teoria cartesiana das ideias é diferente da filosofia medieval, seja a vertente tomista ou agostiniana, especialmente no que se refere à existência de ideias inatas no pensamento, que não são abstraídas de experiências empíricas e nem são elementos do intelecto divino acessíveis pelo pensamento humano. Contudo, não se pode ignorar que as ideias inatas têm origem na percepção de características da própria substância pensante, isto é, seus atributos, modos ou propriedades, em outras palavras, seus elementos ontológicos. O passo extra que pretendemos dar com esse artigo, além da discordância exposta, é o de que algumas ideias inatas, aquelas que se referem a qualquer característica da substância extensa, não são ideias do pensamento puro; são ideias inatas a união entre a alma e o corpo.

6 Oliveira (2017) apresenta uma discussão sobre diversas interpretações desse princípio e suas aplicações.

articula a discussão sobre como as ideias estão contidas no sujeito especialmente no que se refere à ideia de Deus investigada na *Terceira Meditação*. O mesmo raciocínio deve ser aplicado às ideias corporais apresentadas no § 23.

A causa do ser é subdividida em dois tipos, a eminente e a formal (DESCARTES, AT VII, p. 161). A diferença entre essas duas definições diz respeito à noção de quantidade de realidade, proposta por Descartes. Segundo ele é possível determinar se algo tem grau de realidade maior avaliando-se o grau de autonomia ontológica, que se resume pela dependência de outra coisa como causa para sua própria existência. A partir dessa noção de grau de realidade Descartes estabelece uma hierarquia entre as coisas existentes (DESCARTES, AT VII, p. 40; AT VII, pp. 165-166; AT VII, p. 185). Deus está no topo, porque ele é causa de si mesmo. As substâncias (extensa e pensante) são independentes uma da outra e dependem apenas de Deus, portanto estão no posto intermediário da hierarquia. Por fim, os atributos, modos e qualidades são dependentes das substâncias, o que os coloca na base da hierarquia fundamentada pela autonomia ontológica.

Nos casos em que a realidade que funciona como causa de um efeito é conhecida, ela é denominada causa formal. A substância é a causa formal de um modo no sentido em que um modo nada mais é que algo dependente de uma substância. O modo nada mais é que uma maneira como a substância existe, por exemplo, a substância extensa tem uma determinada figura e movimento e a pensante entende, duvida etc. Nesse sentido, o pensamento pode ser causa formal de quaisquer ideias, pois ele é a causa formal do modo dessa substância que se modifica de acordo com a ideia pensada.

A definição de causa eminente (DESCARTES, AT VII, p. 161) é aplicada nos casos em que a realidade da causa excede a do efeito. Ela é comumente utilizada para descrever a existência das substâncias criadas por Deus. A natureza divina não se resume à natureza extensa, nem à pensante e tampouco à soma de ambas. No sistema cartesiano o grau de realidade e a natureza de Deus excedem qualquer coisa criada e, inclusive a compreensão humana. A definição de causa eminente como algo que tem a quantidade de realidade superior ao efeito é o que está em jogo na proposição da hipótese de *Terceira Meditação*, segundo a qual a substância pensante é a causa da existência de ideias corporais. No que se refere ao §23, o conteúdo das ideias corporais poderia ser causado eminentemente pela substância pensante, pois “são somente certos modos de substância e como que trajas com que a substância aparece”, ainda que a natureza do pensamento seja diferente do conteúdo dessas ideias. O esclarecimento da causa do ser dessas ideias na *Sexta Meditação* permitirá afastar essa hipótese e determinar sua causa formal.

Por último, as noções de realidade objetiva e realidade formal são indispensáveis para a compreensão do §23. A realidade formal (DESCARTES, AT VII, pp. 102-103; AT VII, 161) é aquela que quaisquer coisas existentes possuem. As substâncias, incluindo seus modos, atributos e propriedades, possuem realidade formal. Dizer que algo tem realidade formal é o mesmo que dizer que tal coisa existe. Há um consenso em grande parte dos leitores (ROCHA, 1997; FORLIN, 2005; KAJEVSKI, 2011; LANDIM FILHO, 1992; LEVY, 1999) de Descartes segundo o qual afirmar que uma ideia possui uma realidade formal nada mais é que dizer que a ideia é um modo da substância pensante. Nesse

sentido, todas as ideias são iguais, ou seja, elas uma forma pela qual o pensamento manifesta um conteúdo.

A realidade objetiva (DESCARTES, AT VII, p. 161), por sua vez, é um tipo realidade específico da substância pensante. Ela é a realidade do conteúdo das ideias. Esse tipo de realidade peculiar presente no sistema cartesiano é a base para a prova da existência de Deus da *Terceira Meditação*. Como o grau de realidade do conteúdo da ideia de Deus é maior que a realidade formal da substância pensante, a causa dessa ideia não pode ser o próprio sujeito.

O conteúdo de uma ideia, sua realidade objetiva, pode ser causado pelo pensamento puro. Na *Terceira Meditação* (DESCARTES, AT VII, p. 42), Descartes afirma que a realidade objetiva de uma ideia pode ser causada pela realidade de outra ideia, contudo, essa série não pode ser infinita. Deve haver uma primeira ideia que é a causa de todas as demais, uma ideia arquetipo. O ponto mais importante dessa passagem é que essa primeira ideia deve ter como causa algo que contenha a realidade formal do que é representado pela ideia. Portanto, o conteúdo da ideia é causado por algo realmente existente, ou seja, deve haver algo cuja realidade formal seja a causa da realidade objetiva do conteúdo da ideia. Em suma, na série de ideias sendo causadas por ideias, ou na série de realidades objetivas funcionando como causa de outras realidades objetivas, deve haver uma ideia que é a causa de todas as outras a qual é causada por uma realidade formal. Descartes propõe que as ideias claras e distintas da essência das substâncias são essas ideias arquetipo, isto é, as ideias primitivas que Descartes menciona em duas cartas à Elizabeth (DESCARTES, AT III, p. 663 e p. 691).

A discussão subjacente para solução da hipótese do §23 é se há no sistema cartesiano a necessidade de que a causa e o efeito tenham realidade da mesma natureza. O'Neill (1987) defende que se não houver necessidade de que a natureza seja a mesma, a substância pensante poderá ser a causa eminente de ideias cujo conteúdo inclui noções corporais, uma vez que basta que o grau de realidade da causa seja superior ao do efeito. Assim, a hipótese do §23 seria correta ao afirmar que a substância pensante é a coisa cuja realidade formal, de natureza puramente intelectual, causa a existência de conteúdos mentais cuja natureza não é puramente espiritual, como as ideias envolvidas na geometria.

Por outro lado, se a igualdade de natureza entre a causa e o efeito for uma premissa desse sistema, deverá ser demonstrado que há algum elemento corporal no pensamento ou que o ser do conteúdo dessas ideias é causado por outra coisa que possua natureza corporal.

O sentido de “contido eminentemente” apresentado no §23 permitiria que o pensamento fosse causa de coisas de natureza diferente dele. Descartes propõe a hipótese de que a substância pensante é a causa de algumas ideias relativas à ideia de extensão na medida em que essas coisas são apenas modos e o pensamento é uma substância, ou seja, ele possui um grau hierárquico superior e por isso poderia ser a causa eminente da existência delas.

Schmaltz (2008) também entende que o pensamento pode conter eminentemente a realidade necessária para causar essas ideias. Uma primeira objeção a essa leitura é que Schmaltz omite a provisoriedade da passagem, como pode ser constatado na transcrição que ele apresenta em seu livro: “[...] uma vez que ‘extensão, forma e

movimento' são 'apenas modos de uma substância' eles *podem* estar contidos nele eminentemente dado que ele é uma substância pensante." (SCHMALTZ, 2008, p. 68, grifo e tradução nossos). Para o comentador, Descartes está afirmando que o pensamento contém todas as condições para ser a causa das ideias corporais, isto é, ele aceita essa passagem das *Meditações* como uma exposição conceitual perfeita.

Como Descartes permite que entendamos que o pensamento seja de certa maneira mais nobre que a extensão, Schmaltz defende que essa nobreza do pensamento também seja usada para formular essa hierarquia. Ele propõe que a substância pensante deve ficar em um patamar superior com relação à extensa. Ele sustenta, a partir das passagens a seguir, que ser divisível é o que torna o corpo menos nobre que a mente.

E, ao investigar, noto com efeito, primeiramente, que é grande a diferença entre a mente e o corpo, pois este, por sua natureza, é sempre divisível, ao passo que a mente é completamente indivisível. (DESCARTES, AT VII, pp. 85-86)

[...] pois é algo evidente por si que constitui maior perfeição não poder ser dividido do que poder sê-lo. (DESCARTES, AT VII, p. 138)

Entretanto, é problemático aceitar que esse critério seja relevante para determinar a quantidade de realidade, uma vez que Descartes estabeleceu que o que determina que algo tenha mais realidade é a sua autonomia ontológica. O conceito de nobreza associado à diferença entre as substâncias não é um conceito que se refere à diferença de grau ontológico entre elas. Descartes usa essa mesma expressão em uma carta a Elizabeth de 15 de setembro de 1645⁷. Nessa carta há uma discussão sobre a imortalidade da alma com relação ao corpo humano, e não com relação ao corpo no sentido em que é tomado como sinônimo de substância extensa. A explicação da hipótese da imortalidade da alma, apresentada na sinopse das *Meditações*, deixa muito claro que a comparação na qual se aplica o conceito de nobreza é entre um modo e uma substância e não entre duas substâncias. O excerto das *Meditações de Filosofia Primeira*, transcrito abaixo, reforça o conceito de autonomia ontológica na sua primeira parte, [a], ao afirmar que só Deus pode cessar a existência das coisas. Na segunda parte, [b], ele explicitamente afirma que o corpo, tomado no sentido de substância extensa, também possui autonomia ontológica, ou seja, é incorruptível. Na terceira parte, [c], ele diferencia o corpo em geral do corpo humano, o qual é o objeto do uso, na carta a Elizabeth, da noção de que o corpo é menos nobre do que o pensamento. Por último, na parte [d], os acidentes que compõem o corpo humano são apresentados como mutáveis, o que explica a morte, e esses acidentes podem ser entendidos como mudanças da substância extensa, isto é, são modos. A substância pensante é mais nobre do que os modos da substância extensa que permitem que ela se configure de maneira a criar corpos humanos. Portanto, esse conceito não deveria afetar a determinação da hierarquia entre o pensamento e a extensão.

[a] Em primeiro lugar, para que se saiba que todas as substâncias em geral, isto é, as coisas que só existem porque criadas por Deus, são incorruptíveis por sua natureza e nunca podem abandonar o ser; a menos que Deus Ele mesmo lhes negue o seu concurso, reduzindo-as ao nada. [b] Em segundo lugar, para que se

7 "A segunda coisa que se deve saber é que a natureza da nossa alma subsiste sem o corpo e é bem mais nobre que ele [...]" (DESCARTES, AT IV, p. 292, l.5-7, tradução nossa).

saiba que, genericamente tomado, o corpo é sem dúvida uma substância e, por isso, também nunca perece. [c] Mas que o corpo humano, na medida em que difere dos outros corpos, é constituído por certa configuração de membros e de outros acidentes desse modo, ao passo que a mente humana não é constituída dessa maneira, a partir de acidentes nenhum, mas é pura substância. [d] Pois, embora todos os seus acidentes se modifiquem – ela entende umas coisas, quer outras, sente outras etc. – nem por isso a própria mente torna-se uma outra. Ao passo que o corpo humano torna-se outro, em virtude apenas de que se modifique a figura de qualquer uma de suas partes. (DESCARTES, VII pp. 13-14)

Assim, de acordo apenas com a noção de causa eminente, sem levar em consideração a natureza da causa, a hipótese do texto cartesiano é provisoriamente plausível: uma substância pode causar um modo e bastaria que a substância pensante tivesse mais realidade que os modos. Levando em consideração que naquela altura da *Terceira Meditação* a única coisa que conhecemos como existente é a substância pensante, não há outra coisa para satisfazer a pergunta sobre a causa das ideias que envolvem modos da extensão. Por isso Descartes propõe a hipótese de que o pensamento é a única causa do ser de ideias corporais.

É necessário esclarecer o contexto da afirmação de Descartes segundo a qual o pensamento poderia conter um grau de realidade eminente que o tornaria capaz de ser a causa das ideias que envolvem espacialidade. Em primeiro lugar, deve-se ter atenção ao caráter de provisoriedade dessa passagem da *Terceira Meditação*. Isso é claro ao Descartes afirmar que “*parece que eles podem estar contidos em mim*”. Antes da prova da existência de um Deus veraz e da existência de coisas externas, ainda está em operação a dúvida engendrada na *Primeira Meditação*. As afirmações das *Meditações* não podem ser tomadas como exposição de conceitos cartesianos definitivos sem que seja levado em consideração como interação com a dúvida. As afirmações propostas enquanto a dúvida não foi afastada devem ser tratadas como passos para superação dela e nem sempre podem ser entendidas como apresentações definitivas de conceitos.

A conclusão da passagem em análise é que as ideias corporais por si só não servem para provar a existência de algo além do sujeito. Afinal, no contexto da *Terceira Meditação*, Descartes visa superar o solipsismo provisório gerado pela dúvida hiperbólica e pela existência de apenas uma certeza até aquele momento. A hipótese de que elas “podem” ser causadas pelo pensamento puro não pode ser entendida como a afirmação de que elas “são” causadas pelo pensamento puro⁸. O critério da igualdade de natureza pode ser satisfeito de maneira provisória, pois saber que o sujeito é uma substância pensante não é o mesmo que saber com certeza que ele é “apenas” uma substância pensante. Poderia ser relevado, hipoteticamente, que o sujeito é algo mais que apenas uma substância pensante e, nesse caso, poderia ter as qualidades necessárias para suprir a exigência de que a natureza da causa seja a mesma do efeito. A hipótese de que o sujeito é algo mais que apenas um pensamento será rejeitada na *Sexta Meditação*.

8 Kajeovski (2011) toma a hipótese formulada no parágrafo em discussão como se fosse verdadeira, isto é, o pensamento puro pode ser causa eminente das ideias dos modos da extensão. A possibilidade em questão se refere apenas à ausência de prova sobre a existência do mundo exterior. Nesse caso, essas ideias seriam causadas eminentemente pela substância pensante, mas o objeto de representação, a saber, as coisas existentes no mundo externo, seriam apenas possivelmente existentes.

Refutação na Sexta Meditação

A prova da existência dos corpos externos na *Sexta Meditação* resgata a hipótese formulada na *Terceira Meditação* e a afasta ao demonstrar que a causa dessas ideias não pode ser o pensamento puro. A refutação dessa hipótese envolve a prova de que a substância pensante não possui realidade da natureza correta para ser a causa da existência de ideias corporais. O pensamento não pode ser causa formal porque a tese da distinção entre a alma e o corpo propõe que há duas substâncias de naturezas diferentes, portanto, embora ideias sejam modos do pensamento, o conteúdo espacial dessas ideias tem origem na substância extensa. Tampouco o pensamento poderia ele mesmo ser a causa eminente de todos os conteúdos de ideias corporais porque isso exigiria uma faculdade desconhecida do sujeito, em outras palavras, haveria a revelação de que o sujeito é uma substância cuja natureza é algo mais que apenas o pensamento puro.

O primeiro passo consiste na formulação da distinção entre a alma e o corpo. Ela está fundamentada na possibilidade de o pensamento existir de maneira completa mesmo se as faculdades corporais forem retiradas dele:

Acrescento que essa força de imaginar que está em mim, na medida em que difere de entender, não é algo requerido por mim mesmo, isto é, pela essência de minha mente. Pois, mesmo que estivesse ausente de mim, eu sem dúvida permaneceria o mesmo que agora sou. De onde *parece* seguir-se que ela depende de alguma coisa diversa de mim. (DESCARTES, AT VII, p. 73, grifo nosso)

O uso do verbo “parecer” indica que essa passagem ainda não oferece uma conclusão definitiva. Contudo, Descartes propõe que deve haver algo com natureza diferente disso que ele conhece de si, ou seja, diferente da natureza da substância pensante. Isso implica que a causa completa do ser da faculdade da imaginação pode ser algo distinto da substância pensante pura.

Descartes resgata a hipótese do §23 para elencar uma possibilidade alternativa para a criação dessas ideias. Ele propõe haver em si algo que ainda não tivesse sido descoberto, ou seja, sua definição deveria ser mais ampla que “apenas uma substância pensante”. Para isso, ele formula a hipótese de que haja nele alguma faculdade desconhecida:

E, apesar de as percepções dos sentidos não dependerem de minha vontade, não julgava devesse por isso concluir que elas procediam de coisas diversas de mim, pois talvez pudesse haver em mim, a causá-las, uma faculdade ainda não conhecida. (DESCARTES, AT VII, p. 77)

Como já foi discutido ao longo do artigo, a definição de causa eminente, para Descartes, pode envolver a noção de desconhecimento de atributos da coisa que funciona como causa. Há um reconhecimento de grau hierárquico superior na ordem ontológica da coisa que é causa eminente, que é suficiente para julgá-la como causa. É possível que a natureza dessa coisa em grau superior não seja conhecida de maneira completa. Essa noção é compreensível na relação entre o sujeito e outra substância, por isso pode ser aplicada no que se referia às coisas que Deus pode criar. Entretanto, ela pode ser problemática quando aplicada ao conhecimento da natureza do próprio

sujeito que se conhece. Afinal, como poderia uma faculdade, que nada mais é que um modo da substância pensante, modificar esta substância sem que ela percebesse?

Descartes, ao longo da exposição sobre a distinção das substâncias, menciona a clareza e distinção das ideias que representam as substâncias, oferecendo maior sustentação à tese da distinção. Descartes aceita que Deus tem a capacidade para criar as substâncias referentes a cada uma dessas duas ideias de maneira separadas. Afinal, a mera existência da ideia clara e distinta não é suficiente para provar a existência da coisa que é a causa da existência da ideia enquanto ideia.

/17/ Em primeiro lugar, como sei que todas as coisas que entendo clara e distintamente podem ser feitas por Deus, tal como as entendo, basta que possa entender clara e distintamente que uma é diversa da outra, podendo ser postas ao menos por Deus, separadamente. [...] tenho, porém, de uma parte a ideia clara e distinta de mim mesmo como coisa pensante e inextensa e, de outra parte, tenho a ideia distinta do corpo, como coisa apenas extensa não-pensante, sendo certo que eu, isto é, *minha alma, pela qual sou o que sou*, eu sou de veras distinto do corpo e posso existir sem ele. (DESCARTES, AT VII, p. 78)

A prova da existência da substância extensa segue o trajeto a partir da existência da ideia até a causa dessa existência, de maneira análoga à prova da existência de Deus na *Terceira Meditação*. O que Descartes investiga, portanto, é a causa da existência das ideias corporais.

Há, portanto, duas hipóteses concorrentes para causa das ideias corporais: a causa seria formal pela faculdade da imaginação ou da sensação na qual pensamento está unido ao corpo, ou a causa seria eminente pelo sujeito com alguma outra qualidade ainda desconhecida.

A hipótese da “faculdade ainda não conhecida”, que é a condição para que o pensamento seja a causa eminente, será afastada, pois os sentidos dependem de uma parte ativa que causa as impressões sensoriais. A escolha das ideias sensíveis para esse passo da prova não tem relação com a exterioridade da faculdade sensível, embora esteja no interior da prova da existência do mundo externo. As ideias sensíveis são apenas uma das classificações de ideias corporais entre outras que Descartes investigou anteriormente, a saber, as ideias da imaginação, a ideia clara e distinta de extensão, a ideia das posturas corporais etc. Nenhuma delas proporcionou uma prova definitiva que confirmasse a causa das ideias corporais. A partir das ideias corporais não sensíveis conclui-se que podem ser causadas pelo pensamento eminentemente, por Deus ou pela extensão. As ideias sensíveis, por sua vez, permitem afastar a hipótese da causa oculta, ou seja, a hipótese de que o pensamento é a causa eminente dessas ideias. Como em toda relação causal há uma causa e um efeito, uma parte ativa e uma passiva, deve-se aceitar que há uma causa ativa dessas ideias, a suposta faculdade oculta, que faria parte do pensamento. A parte eminente da causa não poderia permanecer oculta ao próprio sujeito que a causa, diferente da parte eminente de Deus se mantém oculta aos sujeitos finitos. Essa faculdade deveria revelar-se ao ser utilizada pelo próprio sujeito ao qual ela faz parte e estar submetida à vontade do sujeito:

Mas é seguro que essa faculdade ativa não pode estar em mim, enquanto não sou senão uma coisa pensante. Porque, de um lado, não pressupõe nenhuma intelecção e, de outro lado, essas ideias produzem-se sem a minha cooperação

e, com frequência, até contrariando minha vontade. (DESCARTES, AT VII, P. 79)

Descartes havia suposto na *Terceira Meditação* que o pensamento poderia conter eminentemente a realidade para ser causa das ideias que representam modos da extensão. Contudo, a partir dessa prova, não é mais possível sustentar essa hipótese. Os modos que podem ser causa das ideias de extensão e figura não são partes da substância pensante pura e por isso não podem ser causadas eminentemente por ela apenas.

A distinção entre a alma e o corpo e a inexistência de uma faculdade oculta interditam a hipótese de que o pensamento puro é a causa das ideias corporais. No entanto, ainda resta provar qual é a causa. Afinal, só foi aceito que Deus tem a capacidade de criar a substância extensa que seria a causa da existência da ideia clara e distinta do pensamento, porém não foi provado que Ele decidiu criá-la.

Há uma dependência da realidade formal ou eminente de outra coisa, diferente do pensamento, para satisfazer as condições de existência de ideias cuja realidade objetiva envolve a espacialidade e fundamentam a geometria, como ele afirma na *Sexta Meditação*:

Resta, pois, que esteja numa substância diversa de mim, na qual deve estar contida formal ou eminentemente (como já fiz notar) toda a realidade que está contida objetivamente nas ideias produzidas por essa faculdade. (DESCARTES, AT VII, p. 79)

Como O'Neill e Schmaltz entendem que o texto cartesiano permite interpretar que a noção de causa eminente é a justificativa para a leitura literal do § 23, é indispensável abordar o final da prova da existência do mundo externo da *Sexta Meditação*. O desafio é compreender se Descartes está propondo que a causa eminente e a causa formal são excludentes entre si ou se, como estamos defendendo, são graus diferentes de um mesmo tipo de causa. O problema surge na análise de Descartes sobre as hipóteses que podem ser causa da existência do mundo externo, a saber, a substância extensa, Deus ou alguma outra coisa além de Deus que esteja em grau hierárquico ontológico superior ao das ideias. Se a causa for a substância extensa, ela será uma causa formal que porta a quantidade de realidade e a natureza precisamente adequadas para a criação de ideias sensoriais. Se for Deus ou outra coisa, a causa será eminente. As duas hipóteses referentes à causa eminente são afastadas porque Deus não é enganador, o trecho que permitiria entender que ambas são excludentes está grifado abaixo:

Essa substância ou é um corpo, uma natureza corporal – na qual está contido *formal e efetivamente tudo o que está contido nas ideias objetivamente e por representação* –, ou é por certo Deus ou alguma criatura mais nobre que o corpo – na qual está contido eminentemente.

/20/ Mas, como não é enganador, é de todo manifesto que Deus não põe por si, imediatamente, essas ideias em mim, nem mediante alguma criatura que contivesse *não formalmente, mas só eminentemente*, a realidade que, nelas, é objetiva (DESCARTES, AT VII, p. 79)

Como foi discutido anteriormente, as causas formal e eminente se referem a graus de intensidade de realidade. No caso de Deus a causa eminente pode se referir à possibilidade do não conhecimento da natureza da causa, uma vez que é infinita e o

sujeito é finito. Não há dúvida que a natureza necessária para a criação da ideia clara e distinta da extensão existe em Deus. A noção de eminência não suplanta a ausência de natureza correta, apenas apresenta a limitação do conhecimento humano de conhecê-la em Deus. A exclusão da causa eminente, portanto, é motivada pela noção segundo a qual Deus não pode ser enganador.

Mas ainda resta lançar luz sobre em que sentido Deus poderia ser enganador. O engano apontado por Descartes tem duas motivações. Em primeiro lugar o fato de que Deus não deu ao pensamento nenhuma faculdade para reconhecer o erro em questão. Além disso, Deus deu ao pensamento uma propensão a crer que as coisas corporais têm origem em algo que funciona como causa formal e não eminente dessas ideias.

Pois, como ele não me deu nenhuma faculdade para o reconhecer, ao contrário, deu-me uma grande propensão a crer que elas são emitidas das coisas corporais, não vejo razão por que não o possa entender enganador, se essas ideias forem emitidas de alhures que não das coisas corporais. Por conseguinte, é preciso confessar que as coisas corporais existem. (DESCARTES, AT VII, pp. 79-80)

Essa propensão dada por Deus deve ser entendida como a propensão que o pensamento tem em aceitar como verdadeiras as ideias que ele conhece com clareza e distinção. Esse efeito de propensão causado pelas ideias claras e distintas é mencionado numa série de oportunidades ao longo das *Meditações*:

[...] a natureza da minha mente é, no entanto, tal que não posso senão dar-lhe meu assentimento, ao menos enquanto o perceba claramente (DESCARTES, AT VII, p. 65)

Pois, embora eu seja de uma natureza tal que, enquanto percebo algo muito clara e distintamente, não posso não crer que seja verdadeiro [...]. (DESCARTES, AT VII, p. 69)

Toda vez, ao contrário, que me volto para as coisas elas mesmas que julgo perceber muito claramente, sou por elas persuadido de tão completo que, espontaneamente, prorrompo a dizer: engane-me quem puder, nunca poderá fazer no entanto que eu nada seja, enquanto eu pensar que sou algo ou que alguma vez seja verdadeiro que eu nunca fui, quando é verdadeiro que agora sou ou, talvez mesmo, que dois juntos a três fazem mais ou menos do que cinco, ou coisas semelhantes, nas quais reconheço manifesta contradição. (DESCARTES, AT VII, p. 36)

A ideia clara e distinta da substância extensa envolve a noção de que ela tem propriedades espaciais equivalentes àquelas percebidas pelos sentidos ou formadas na imaginação. As duas únicas faculdades do pensamento que estão ligadas à substância extensa são faculdades do pensamento unido ao corpo: a imaginação e a sensação. Se Deus enviasse as ideias corporais diretamente ou por outro meio, Ele deveria ter dado alguma outra faculdade que indicasse que essas ideias não são causadas pela extensão. A faculdade da *clarividência divina angelical* ou qualquer coisa desse tipo. Mas como foi discutido anteriormente, essa faculdade deveria ser conhecida pelo pensamento quando ele pensa as ideias corporais. Como Deus não é enganador, essa propensão a acreditar na ideia clara e distinta deve estar associada às faculdades que realmente são responsáveis pela causa das ideias corporais.

Como só foi dado ao pensamento essas duas faculdades relacionadas às ideias corporais e como elas dependem da noção clara e distinta de corpo, há a propensão do pensamento a crer que sejam criadas pela substância extensa cujo atributo principal é a extensão. Essa propensão a acreditar, mencionada por Descartes, pode ser traduzida em discurso racional pela compreensão da série causal que parte da realidade formal da substância extensa que age como causa formal da realidade objetiva da ideia primitiva de extensão a qual é a causa da realidade objetiva de todas as ideias corporais. Portanto, a extensão deve ser a realidade formal que é a causa formal da realidade objetiva dessas ideias sensíveis ou imaginadas.

Conclusão

A prova gerada na *Sexta Meditação* se refere às ideias sensíveis, pois é por meio da impossibilidade de uma faculdade ativa desconhecida que Descartes afasta a possibilidade de que a substância pensante tenha uma qualidade oculta que funcionaria como a causa eminente das ideias sensíveis, pois o sujeito deveria estar consciente dessa qualidade. A necessidade de mesma natureza também se aplica às ideias da imaginação a partir das quais se formam as ideias com as quais é possível formular a geometria. Se não há faculdade oculta elas não podem ser causadas por outra coisa senão a extensão. A geometria que opera pelo estabelecimento de relações entre figuras depende de uma ideia primitiva. Ela funciona como o arquétipo a partir do qual todas as figuras podem ser pensadas. Mas, a ideia primitiva exige uma causa que seja uma realidade formal e que tenha em sua natureza a espacialidade. A causa dessas ideias, da mesma maneira como no caso das ideias sensíveis, é a extensão. A faculdade que possibilita a formulação dessas ideias é uma faculdade da união entre o pensamento e a extensão: a imaginação. Portanto, a ideia de figura não pode ser uma ideia sustentada ontologicamente apenas pelo pensamento puro, ela depende constantemente da extensão para existir.

Enfim, Descartes não apenas afasta a hipótese de que o pensamento possua eminentemente a realidade necessária para ser causa do conteúdo das ideias corporais, mas também afasta a hipótese de que elas possam ser causadas eminentemente por qualquer outra coisa. Se o pensamento fosse causa eminente, deveríamos estar conscientes de alguma faculdade diferente da natureza do pensamento na substância pensante. Se Deus enviasse diretamente essas ideias elas deveriam pertencer a uma faculdade diferente dos sentidos e da imaginação, ou essas faculdades deveriam conter algo que indicasse que essas ideias são diretamente criadas por Deus.

Também deveríamos ter uma ideia clara e distinta com uma realidade objetiva que exigisse como causa algo diferente da extensão, mas que também possuísse realidade suficiente para ser causa da realidade objetiva das ideias corporais e, por conseguinte, da geometria. Essa ideia nos daria a propensão a acreditar que ela representa a causa dessas ideias. Assim, o que atende ao princípio da causa deve ser algo que tenha a realidade formal com a mesma natureza. Apenas o corpo atende a esse critério, pois o pensamento sozinho não pode ser causa de algo que tem a natureza diferente de si. A relação ontológica que há entre as ideias da geometria e o mundo externo dá a esse tipo de conhecimento matemático o *status* de um conhecimento sobre a natureza

essencial da substância extensa, de maneira que o legitima como um conhecimento científico sobre a física natural, ao menos no que se refere ao seu estágio mecanicista.

Referências

BEYSSADE, M. A dupla imperfeição da ideia segundo Descartes. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, 1997.

DESCARTES, R. Dos Princípios da Filosofia Primeira Parte: sobre os princípios do conhecimento humano. Tradução Guido Antônio de Almeida (coord.). *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, pp. 76-99, 1998.

_____. Dos Princípios da Filosofia Primeira Parte: sobre os princípios do conhecimento humano. Tradução Guido Antônio de Almeida (coord.) *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1-2, pp. 136-173, 2000.

_____. Meditações sobre Filosofia Primeira. Tradução Fausto Castilho, Campinas: Editora Unicamp, 2004.

_____. Œuvres de Descartes. Charles Adam & Paul Tannery (org.). 11 vols. Paris: Vrin, 1957-1996.

_____. Os Pensadores: Descartes. Tradução de J. Guinsburg; Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 3ª edição, 1983.

_____. Princípios de Filosofia. Tradução João Gama, Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. The Philosophical Writings of Descartes. Translated by John Cottingham, Robert Stoothoff and Dugald Murdoch. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. The Philosophical Writings of Descartes. Translated by John Cottingham, Robert Stoothoff and Dugald Murdoch. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. The Philosophical Writings of Descartes. Translated by John Cottingham, Robert Stoothoff, Dugald Murdoch and Antony Kenny. Vol. III. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FORLIN, E. A Teoria Cartesiana da Verdade. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

KAJEVSKI, O. Realidade Formal e Causa Formal em Descartes. *Revista do Seminário dos Alunos do PPGLM/UFRJ*, n. 2, 2011.

LANDIM FILHO, R. Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. Ideia, Ser Objetivo e Realidade Objetiva nas "Meditações" de Descartes. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 130, pp. 669-690, dez., 2014.

_____. Idealismo ou Realismo na Filosofia Primeira de Descartes. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, pp.129-159, 1997.

LEVY, L. Representação e Sujeito: o conceito cartesiano de ideia. In: MARQUES, E. R.; et al (orgs.). *Verdade, Conhecimento e Ação*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

OLIVEIRA, F. P. Notas sobre o Princípio de Causalidade na Terceira Meditação. *Unisinos Journal of Philosophy*, n. 18, pp. 12-17, jan.-abr., 2017.

O'NEILL, E. Mind-Body Interaction and Metaphysical Consistency: A Defense of Descartes. *Journal of the History of Philosophy*, vol. 25, no. 2, pp. 227-245, April, 1987.

RADNER, D. Is There a Problem of Cartesian Interaction?. *Journal of the History of Philosophy*, vol. 23, no. 1, pp. 35-49, January, 1985.

ROCHA, E. M. Função do Conceito de Ideia Inata na Prova da Existência da Substância Infinita da V Meditação de Descartes. *Cadernos de História da Filosofia da Ciência*, série 3, vol. 17, n. 2, pp. 225-242, jul.-dez., 2007.

_____. Princípio de Causalidade, existência de Deus e existência de coisas externas. *Cadernos de História da Filosofia da Ciência*, série 3, vol. 10, n. 1, pp. 7-30, jan.-jun., 2000.

_____. Observações sobre a Sexta Meditação de Descartes. *Cadernos de História da Filosofia da Ciência*, série 3, vol. 16, n. 1, pp. 127-144, jan.-jun., 2006.

_____. O Conceito de Realidade Objetiva na Terceira Meditação de Descartes. *Analytica*, vol. 2, n. 2, 1997.

_____. Teoria das Ideias no Sistema Cartesiano: A Questão da Fundamentação do Conhecimento, *Analytica*, vol. 6, n. 2, pp. 11-32, 2001.

SCHMALTZ, T. M. *Descartes on Causation*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

SUÁREZ, F. *Disputationes Metaphyscae*. Translated by Sidney Penner. Vol. XXX, section 1, 2011. Available on: http://www.sydneypenner.ca/su/DM_30_1.pdf. Accessed on 19 March 2019.

TEIXEIRA, W. J. Teoria das ideias, inatismo e teoria da percepção em Descartes, *Cadernos Espinosanos*, n. 35, pp. 487-516, jul.-dez., 2006.

Recebido em: 04/Set/2020 - **Aceito em:** 09/Dez/2020.